DocuSign Envelope ID: C02D9BED-D717-47D7-B5C4-9E39EC27F48B

Esta edição foi publicada
em nosso portal:
odia.ig.com.br/balancos-e-editais
Confira no QR-Code ao lado

TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 02.233.034/0001-51

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

Ativo	Nota	31.12.2010	31.12.2009	1º.01.2009
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	79	74	67
Caixa restrito		466	-	-
Clientes		277	-	-
Adiantamentos a fornecedores		77	37	1.881
Impostos a compensar	6	1.332	1.251	496
Despesas antecipadas		45	-	-
Outras contas a pagar		2.276	1.362	2.444
Não circulante				
Imobilizado	7	14.043	13.110	2.376
		14.043	13.110	2.376
		16.319	14.472	4.820

Passivo	Nota	31.12.2010	31.12.2009	1º.01.2009
Circulante				
Financiamento	8	615	240	-
Partes relacionadas	17	175	8.681	2.084
Fornecedores		99	236	-
Salários e contribuições a recolher		51	2	1
Impostos a recolher		29	3	2
Provisão para férias		4	2	1
Outras contas a pagar		1	1	-
		974	9.165	2.088
Não circulante				
Financiamento BNDES	8	7.351	3.111	-
Patrimônio líquido				
Capital social	9	9.783	3.119	3.119
Prejuízos acumulados		(1.789)	(923)	(387)
		7.994	2.196	2.732
		16.319	14.472	4.820

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Nota	2010	2009
Receita de suprimento de energia	13	1.401	-
Custo dos serviços prestados	14	(929)	-
Lucro bruto		472	-
Despesas gerais e administrativas	15	(522)	(127)
Outras receitas		9	-
Prejuízo operacional		(41)	(127)
Despesas financeiras líquidas	16	(825)	(409)
Prejuízo do exercício		(866)	(536)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º.01.2009	3.119	(387)	2.732
Prejuízo do exercício	-	(536)	(536)
Saldos em 31.12.2009	3.119	(923)	2.196
Aumento de capital	6.664	-	6.664
Prejuízo do exercício	-	(866)	(866)
Saldos em 31.12.2010	9.783	(1.789)	7.994

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(866)	(536)
Depreciação	383	-
Prejuízo do exercício ajustado	(483)	(536)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Clientes	(277)	-
Adiantamentos a fornecedores	(40)	1.844
Impostos a compensar	(81)	(755)
Despesas antecipadas	(45)	-
Depósitos bancários vinculados	(466)	-
Fornecedores	(137)	236
Outras contas a pagar	77	4
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1.452)	793
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.317)	(10.734)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.317)	(10.734)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas - contas a pagar	(3.349)	3.349
Partes relacionadas - mútuo	1.508	3.299
Financiamento	4.615	3.300
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	2.774	9.948
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	5	6
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74	67
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	79	74
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5	7

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
Em reais

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objetivo exclusivo a produção independente de energia elétrica, do potencial hidráulico denominado PCH Tudelândia, com 2.400KW de potência instalada, localizada no rio Santíssimo, afluente do rio Grande, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, município de Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro, caracterizada como pequena central hidrelétrica nos termos da Resolução ANEEL n° 394, de 04.12.1998, cuja autorização foi concedida pela Resolução ANEEL nº 708 de 17.12.2002. A Companhia é controlada pela Denge Engenharia e Consultoria Ltda., com sede no Rio de Janeiro. A autorização possui prazo de vigência de 30 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, ou seja, 17.12.2002, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme condições estabelecidas pela ANEEL, e desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições do contrato de concessão e na legislação do setor. Após o término da vigência dessa concessão, os bens e instalações vinculadas à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União. Em junho de 2004, a Companhia firmou contrato de venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada de início da operação comercial, vigorando o contrato até 18.01.2026. Este contrato de compra e venda de energia foi pactuado por intermédio do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas e Energia Elétrica (PROINFA). Em fevereiro de 2009, a Companhia celebrou com a Energisa Soluções S/A, contrato de operação e manutenção de rotina da Casa de Força da PCH - Pequena Central Hidrelétrica com vigência até 2015. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em maio de 2010, porém somente a partir de 1º.06.2010 foi registrada a produção e faturada a primeira venda de energia para a Eletrobrás.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 28.09.2011. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os novos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), em específico o CPC para Pequenas e Médias Empresas - PME. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes, correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária. **2.6. Impostos a recuperar:** Os impostos a compensar são representados por retenção de PIS e COFINS sobre aquisições de bens do ativo imobilizado, os quais serão compensados com os respectivos valores a recolher. Os mesmos estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislação especifica. **2.7. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Compreende, basicamente, o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida, pelo concessionário como parte do contrato de autorização para geração de energia elétrica. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O saldo do ativo imobilizado relacionado à infraestrutura é depreciado pelo período de autorização, isto é, até 2032, considerando o método que, na avaliação da administração, melhor reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados, que é aquele que coincide com o mecanismo da tarifa da venda de energia. Nesse sentido, a despesa de depreciação é apropriada de forma linear no prazo da autorização (período em que o serviço público é prestado utilizando a infraestrutura). As correspondentes taxas de depreciação utilizadas, assim, são determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura para efeito de determinação da tarifa ou prazo de autorização, dos dois o menor. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens. **2.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.9. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.As taxas pagas no estabelecimento do financiamento são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **2.10. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **2.11. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, isto é, as receitas e despesas são registradas no momento de sua ocorrência.

3. Transição para o CPC para PMEs e ajustes de exercícios anteriores: 3.1. Base de transição para o CPC para PMEs: 3.1.1. Aplicação do CPC para PMEs: As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31.12. 2010 são as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs. A Companhia adotou 1º.01.2009 como data de transição. Nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações financeiras de acordo com o CPC para PMEs, nas quais considerou todas as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais permitidas na aplicação retrospectiva completa do CPC para PMEs. **3.2. Reconciliação do resultado:** As reconciliações abaixo mostram os efeitos da transição das políticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente usadas, para o CPC para PMEs em 1º.01.2009 e 31.12.2009, bem como o lucro da Companhia no exercício findo em 31.12.2009.

	31.12.2009	1º.01.2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil	2.292	2.828
Baixa de diferido que não corresponde à definição de ativo intangível de acordo com o CPC para PMEs	(96)	(96)
Patrimônio líquido em CPC para PMEs	2.196	2.732
Resultado do exercício de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil	(536)	-
Resultado do exercício em CPC para PMEs	(536)	-

3.3. Explicação da transição para CPC para PMEs: (a) Baixa de diferido que não atende aos critérios de ativo intangível: Os custos relativos ao diferido que não correspondem à definição de ativo intangível de acordo com o CPC para PMEs foram incluídos em lucros acumulados na data de transição.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4.1. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a cliente, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A". No caso de clientes, a Companhia possui somente um cliente, com o qual possui contrato de longo prazo, conforme determinado pelo órgão regulador. **4.2. Risco de liquidez:** A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **4.3. Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **4.4. Risco ambiental:** As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. **4.5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **4.6. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de cliente pelo valor contábil, menos a perda (*impairment),* esteja próxima de seus valores justos. A Companhia não efetuou contratos ou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos no período coberto por estas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2010	31.12.2009	1º.01.2009
Caixa e bancos	79	74	67
Depósitos bancários vinculados	466	-	-
	545	74	67

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa incluem o caixa restrito como abaixo:

	31.12.2010	31.12.2009	1º.01.2009
Caixa e equivalentes de caixa	79	74	67
Caixa restrito (i)	466	-	-
	545	74	67

(i) Na conta vinculada, está classificado o valor recebido proveniente do faturamento à Eletrobrás. O saldo referente ao pagamento da parcela subsequente do financiamento junto ao BNDES fica retido nesta conta. Os depósitos bancários vinculados referem-se as contas Reserva e Vinculada, cujos saldos tem finalidade específica para pagamento das parcelas dos juros de empréstimos captados junto ao BNDES, conforme estipulado no Contrato, Administração de Contas e Outras Avenças firmado entre a Companhia, BNDES e o banco Itaú-Unibanco. A conta reserva mantém o depósito correspondente a três vezes da parcela mensal a ser paga do financiamento junto ao BNDES. Os excedentes a esses depósitos são transferidos para a conta de bancos da Companhia, de livre movimentação.

Conta vinculada	138
Conta reserva	328
	466

6. Impostos a compensar

	31.12.2010	31.12.2009	1º.01.2009
PIS a recuperar (i)	231	223	43
COFINS a recuperar (i)	1.066	1.027	199
Imposto de Renda Retido sobre faturamento e aplicação financeira	20	-	-
ICMS a recuperar	-	-	254
CSSL retido sobre faturamento	15	-	-
	1.332	1.250	496

(i) Decorrente da aquisição de bens do ativo imobilizado.

7. Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens que compõem a PCH, que serão devolvidos ao final da concessão e estão registrados ao custo de aquisição.

Custo	Edificações e obras civis	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Equipamentos e instalações elétricas	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Em 1º.01.2010	7.420	2.996	1.977	267	363	87	13.110
Aquisição	1.220	25	-	16	55	-	1.316
Em 31.12.2010	8.640	3.021	1.977	283	418	87	14.426
Depreciação acumulada							
Em 1º.01.2010							
Depreciação anual	(214)	(78)	(51)	(17)	(24)	-	(383)
Em 31.12.2010	(214)	(78)	(51)	(17)	(24)	-	(383)
Valor contábil							
Em 1º.01.2010	7.420	2.996	1.977	267	363	87	13.110
Em 31.12.2010	8.426	2.943	1.926	266	394	87	14.043
Taxas de depreciação (ao ano)	Até 2032	Até 2032	Até 2032	10%	10%		

A Administração da Companhia não dispõe em sua totalidade de estudos que indiquem as perspectivas de recuperação desses ativos até o prazo final de autorização através de suas operações futuras.

8. Financiamento

	31.12.2010	31.12.2009
Não circulante		
Financiamentos bancários	7.351	3.111
	7.351	3.111
Circulante		
Financiamentos bancários	615	240
	615	240
Total de financiamentos	7.966	3.351

A Companhia obteve financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 22.10.2009, com prazo de carência de 8 meses. O financiamento será amortizado em 168 parcelas mensais e consecutivas, tendo a primeira parcela sido paga em julho de 2010. A taxa de juros é de 2,05% ao ano acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). O financiamento está garantido por máquinas, equipamentos e demais itens que compõem a PCH. O saldo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31.12.2010	31.12.2009
2010	-	240
2011	615	240
2012	588	240
2013-2014	6.763	2.631
	7.966	3.351

9. Capital social: O capital social, subscrito e integralizado é de R$ 9.783 representado por 2.292.132 ações, sendo 1.523.999 ações ordinárias e 768.133 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e serão automaticamente convertidas em ações ordinárias, tão logo seja quitado o contrato de financiamento junto ao BNDES. Na Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária de 13.08.2010, o acionista Denge Engenharia e Consultoria Ltda. subscreveu e integralizou o aumento de capital de R$ 6.664, proveniente do saldo do contrato de mútuo, por exigência contratual do BNDES em não permitir capital de terceiros após a liberação da última parcela do financiamento.

10. Dividendos: De acordo com o estatuto social da Companhia é assegurado em cada exercício, dividendos aos acionistas não inferiores a 50% do lucro líquido ajustado. Conforme Assembleia Geral Ordinária de 21.07.2008, a Diretoria está autorizada a deliberar pela não distribuição de dividendos e o não pagamento de juros sobre capital próprio, para atender exigência do BNDES.

11. Contingências: De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até dez anos, com referência aos tributos federais e estaduais. Considerando as normas contábeis a respeito, notadamente a norma "Provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas", a Companhia não possui registro contábil de contingências ou valores cuja divulgação seja requerida.

12. Seguros: Foi contratado o seguro com a Nobre Seguradora do Brasil S.A. nas seguintes condições: Vigência: 25.06.2010 a 25.06.2011:

	Em reais
Valor em risco	10.018
Incêndio, queda de raio e explosão	6.000
Danos elétricos	1.100
Quebra de máquinas	2.100
Prêmio total à vista	93

13. Receita de fornecimento de energia: Refere-se ao fornecimento de energia a Eletrobrás a partir de junho de 2010, com valor mensal de R$ 221 de junho a dezembro de 2010. A reconciliação das vendas brutas para a receita liquida é como segue:

	31.12.2010
Suprimento de energia elétrica	1.544
Deduções da receita bruta	
PIS	(118)
COFINS	(25)
	1.401

14. Custo dos serviços prestados

	31.12.2010
Serviços técnicos de terceiros	(133)
Serviços de operação - Energisa	(350)
Uso da linha - Ampla	(56)
Depreciação	(383)
Outros	(7)
	(953)

15. Despesas por natureza

	31.12.2010	31.12.2009
Pessoal	(94)	(15)
Serviços terceiros pessoa jurídica	(176)	(92)
Publicações	(37)	(9)
Prêmios de seguros	(48)	-
Material de consumo	(22)	-
Contabilidade e assessoria	(14)	-
Auditoria	(16)	-
Consultoria	(71)	-
Assessoria jurídica	(12)	-
Tributos	(2)	-
Outros	(30)	(11)
	(522)	(127)

16. Receitas e despesas financeiras

	31.12.2010	31.12.2009
Juros financiamento BNDES	(320)	(51)
Correção URTJLP - financiamento BNDES	(133)	-
Juros contrato mútuo	(306)	(310)
Comissão de fiança - Banco Itaú-Unibanco	(35)	(30)
Taxa acionária Trustee - Banco Itaú-Unibanco	(12)	-
Outras despesas	(21)	(18)
Despesas financeiras	(827)	(409)
Receita de aplicação financeira	2	-
Despesas financeiras, líquidas	(825)	(409)

17. Partes relacionadas: (a) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui somente os diretores, cuja remuneração paga até 31.12.2010 totalizou R$ 53. Em 2009 não houve remuneração aos diretores.

(b) Transações e saldos

	31.12.2010	31.12.2009
Denge Engenharia e Consultoria Ltda. - contas a pagar	-	3.349
Denge Engenharia e Consultoria Ltda. - mútuo	175	5.332
	175	8.681

O saldo em 31.12.2010, refere-se a adiantamentos recebidos para pagamento de obrigações da Companhia devido a desequilíbrio no fluxo de caixa. O saldo em 31.12.2009 refere-se a adiantamentos para fazer face à realização dos gastos durante a fase de construção do ativo. Na Assembleia Geral Ordinária de 13.08.2010, o saldo do mútuo com a Denge Engenaria e Consultoria Ltda. era de R$ 6.664, sendo aprovada a integralização de capital neste montante. Sobre o saldo devedor apurado no último dia de cada mês, incidem juros equivalentes a taxa Selic. de curto 244. Prazo e adiantamento para futuro aumento de capital) t1; (iii) Variação de capital de giro Necessidade t menos necessidade t1 383.

MARCO ANTONIO CANALI DOPICO
Diretor-Presidente

MILTON MAROTTI RAPIZO
Contador CRC-RJ 22.267-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas **Tudelândia Central Elétrica S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da Tudelândia Central Elétrica S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalva: A administração da Companhia não realizou os estudos de avaliação para a indicação de ocorrência de redução no valor recuperável do ativo imobilizado. Devido à ausência das análises para indicação de perda do valor recuperável, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos. A administração da Companhia efetuou, em exercícios anteriores, aumento de capital social com ativos imobilizados no valor de R$ 664 mil. Não foi preparado laudo de avaliação destes ativos bem como não foi possível comprovar a sua existência.

Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tudelândia Central Elétrica S.A. em 31.12.2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

Outros assuntos: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2009, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 25.06.2010, com parágrafo de ênfase referente a falta de estudo elaborado pela administração que indique a perspectiva de recuperação do ativo imobilizado através de suas operações futuras e nossa opinião está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2011

PricewaterCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador
CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

DocuSigned by:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
7F2C7B71F539431...

DocuSign Envelope ID: C02D9BED-D717-47D7-B5C4-9E39EC27F48B

Esta edição foi publicada
em nosso portal:
odia.ig.com.br/balancos-e-editais
Confira no QR-Code ao lado

TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S/A
CNPJ/MF nº 02.233.034/0001-51 - NIRE nº 33.3.0027376-0
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024

LOCAL E HORA: Sala de reunião da sede com endereço Estrada do Pedregoso, nº 2.030, Lote 3 - PAL 35779 - Quadra G, Parte, Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ, às 09:00 horas do dia 26 de abril de 2024. **CONVOCAÇÃO:** Publicada no Jornal O DIA nos dias 15, 16 e 17 de abril de 2024. **QUÓRUM** e **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Acionistas representando a totalidade das ações com direito a voto, reuniram-se, em primeira e única convocação. Por aclamação dos presentes, assumiu a presidência da Assembleia o Sr. Davi Moura Dopico, que, depois de verificar o comparecimento de acionistas em número legal, convidou a Sra. Debora Moura Dopico, para Secretária, e, em seguida, declarou instalados os trabalhos. O acionista Raul Velloso Mariath segue representado por seu advogado, Dr. Jorge Luiz dos Santos Saraiva. **DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA: ORDEM DO DIA:** A - Apresentação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023; B - Fixação dos honorários da Diretoria; C - Distribuição dos lucros; D - Gratificação da Diretoria; E - Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES:** A - O Diretor-Presidente Sr. Davi Moura Dopico teceu os comentários que julgou necessários sobre a gestão do empreendimento no ano de 2023, relatando que não houve ocorrências relevantes, exceto a prolongada estiagem - que atinge o décimo ano consecutivo, mantendo a produção abaixo da capacidade operacional da usina. Após a explanação do Diretor-Presidente, passou-se para a apresentação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme auditoria realizada pela empresa AUDIPEC Auditoria e Perícias Contábeis S/A, foram recebidos os resultados da Companhia pela Diretoria, que nesta oportunidade traz a Assembleia para votação, o que por sua vez, aprovou por unanimidade as Demonstrações Financeiras de 31.12.2023. Foi explicado pela Diretoria que este é o décimo terceiro exercício social com a exigência do BNDES, de ser auditado por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM. A diretoria resolveu manter a empresa de auditoria do ano anterior, a AUDIPEC, uma vez que a AUDIPEC apresentou a melhor proposta no valor de R$26.000,00 (vinte e seis mil reais). A AUDIPEC emitiu o Parecer dos Auditores com data de 20 de março de 2024. Sendo a demonstração financeira do exercício 2023 publicada na data 26 de março de 2024 no Jornal O DIA, também em sua versão digital e na central de Balanços (https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes), após os devidos esclarecimentos e satisfeitos os presentes, passaremos ao próximo tópico. B - Definidos os honorários mensais da Diretoria, **conforme deliberado e autorizado pelo Estatuto**, em R$9.338,39 (nove mil trezentos e trinta e oito reais e trinta e nove centavos), reajustado conforme IPCA, levado a Assembleia, foi aprovado por unanimidade para cada diretor os honorários mensais acima, ratificando os mesmos honorários a partir de abril de 2024 até a próxima AGO, independente do cargo exercido. No caso de acumulação de cargos por qualquer membro da diretoria, este receberá somente os honorários correspondentes a um dos cargos exercidos. C - Após o cumprimento da reserva legal de 5%, a companhia apresentou resultado de R$4.399.024,59 (quatro milhões, trezentos e noventa e nove mil, vinte quatro reais e cinquenta e nove centavos), dos quais R$3.177.496,98 (três milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos), correspondente a 71% do lucro líquido, serão destinados a distribuir entre os seus acionistas, na proporção das suas quotas. Os acionistas terão o prazo de 30 dias, contados da publicação desta AGO, para informar os dados bancários (banco, agência e conta corrente) para crédito dos dividendos, sendo indispensável que a conta corrente informada seja do titular das ações. Após o prazo deliberado, a empresa se reserva ao direito de emitir cheque administrativo em favor do acionista, que terá o prazo de 15 dias para receber na sede da empresa ou, no silêncio do acionista, promover ação de consignação em pagamento. D - Na forma do art. 28, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia, foi deliberado sobre a destinação de parte do lucro remanescente, na ordem total de R$1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), visando gratificação à Diretoria, o que levado a Assembleia, sendo aprovado por unanimidade, cujo o total será partilhado igualmente entre os diretores, tendo os diretores o prazo de 30 dias contados da publicação desta AGO, para informar os dados bancários (banco, agência e conta corrente) para crédito da gratificação, sendo indispensável que a conta corrente informada seja de seus respectivos titulares. E - Assuntos Gerais. O acionista Raul Velloso Mariath, através de seu advogado, faz constar que quer exercer o seu direito de veto à gratificação a diretoria, eis que como definido no item VIII b da clausula 4.2 do Acordo de Acionista de 23 de julho de 2007, não se pode fixar qualquer tipo de remuneração e participação dos administradores nos lucros da empresa sem que haja prévia autorização do BNDES e do acionista Raul Velloso Mariath de forma que este expressamente exerce o seu direito de veto. Não foram apresentados outros assuntos a serem tratados na AGO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia às 9:30 horas, sendo lavrada a presente ata, a qual após ter sido lida e aprovada pela unanimidade dos presentes, vai assinada pelo Presidente e Secretário. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024. Davi Moura Dopico - Presidente; Debora Moura Dopico - Secretário. **ACIONISTAS PRESENTES NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S/A REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024.** Acionistas: Denge Engenharia e Consultoria Ltda.; Raul Velloso Mariath - P.p: Jorge Luiz dos Santos Saraiva.

DocuSigned by:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
7F2C7B71F539431...